

Organização
Glauccio Marafon | Geiza Rocha

CADERNO DE CULTURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



FÓRUM PERMANENTE
DE DESENVOLVIMENTO
ESTRATÉGICO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO



CADERNO DE
CULTURA
DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Ruy Garcia Marques

Vice-reitora

Maria Georgina Muniz Washington



EDITORA DA UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Conselho Editorial

Bernardo Esteves

Erick Felinto

Glauco Marafon (presidente)

Jane Russo

Maria Aparecida Ferreira de Andrade Salgueiro

Italo Moriconi (membro honorário)

Ivo Barbieri (membro honorário)

Lucia Bastos (membro honorário)

Glaucio Marafon
Geiza Rocha
Organização

CADERNO DE
CULTURA
DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO



Rio de Janeiro
2017

Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro
Jornalista Roberto Marinho
Presidente do Fórum e da ALERJ: Deputado Jorge Picciani
Subdiretora-Geral do Fórum: Geiza Rocha

O Caderno de cultura do estado do Rio de Janeiro é uma iniciativa da Câmara Setorial de Cultura, Turismo e Esportes do Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro Jornalista Roberto Marinho. Participaram diretamente da elaboração a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

DOI: 10.12957/eduerj.9788575114537



EdUERJ
Editora da UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Rua São Francisco Xavier, 524 – Maracanã
CEP 20550-013 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Tel./Fax.: 55 (21) 2334-0720 / 2334-0721
www.eduerj.uerj.br
eduerj@uerj.br

<i>Editor Executivo</i>	Glaucio Marafon
<i>Coordenadora Administrativa</i>	Elisete Cantuária
<i>Coordenadora Editorial</i>	Silvia Nóbrega
<i>Assistente Editorial</i>	Thiago Braz
<i>Coordenador de Produção</i>	Mauro Siqueira
<i>Produção Editorial</i>	Erika Neuschwang
<i>Revisão</i>	Erika Neuschwang
	João Martorelli
<i>Capa, Projeto Gráfico e Diagramação</i>	Thiago Netto

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/NPROTEC

C122 Caderno de cultura do estado do Rio de Janeiro / Glaucio
Marafon e Geiza Rocha, organização. – Rio de Janeiro:
EdUERJ, 2017.
71 p.

e-ISBN 978-85-7511-453-7

1. Cultura - Rio de Janeiro (Estado). I. Marafon, Glaucio
José. II. Rocha, Geiza.

CDU 008(815.3)

Apresentação

Como a cultura se manifesta no território fluminense? Qual o seu papel na economia? Para responder a essas perguntas, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em parceria com o Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro Jornalista Roberto Marinho, da ALERJ, lança o *Caderno de cultura do estado do Rio de Janeiro*. Resultado dos debates travados no Fórum, a publicação conta, ainda, com a participação do professor João Luiz Figueiredo, da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM).

A publicação completa a trilogia que dá nome à Câmara Setorial do Fórum (Cultura, Turismo e Esportes) e busca identificar como a cultura está estruturada nos 92 municípios fluminenses. Efeito desse trabalho colaborativo, hoje o estado conta com três mapas, um em cada *Caderno*, que, se sobrepostos, ajudam a pensar a importância da integração entre os municípios na construção de roteiros de experiência e de políticas públicas que deem conta das potencialidades identificadas.

O intuito desse trabalho é servir de ferramenta para a elaboração de políticas públicas estruturadas a partir do entendimento da cultura como elo importante na promoção do desenvolvimento local.

Nos próximos capítulos, o leitor terá acesso aos registros de bens materiais e imóveis (arquitetura, sítios arqueológicos, espaços geográficos) e bens imateriais (música, literatura, teatro, saberes e expressões), divididos por regiões, de acordo com suas características predominantes. Também estão contempladas neste *Caderno* a síntese das atividades culturais de cada município, bem como as potencialidades regionais desses territórios, a análise da cultura como atividade produtiva e sua crescente associação com a economia e o desenvolvimento locais.

Boa leitura!

Geiza Rocha

Subdiretora-geral do Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro

Palavra do reitor

A UERJ, que compõe, juntamente com 40 instituições, o Fórum de Desenvolvimento do Rio, tem participado ativamente das reflexões e proposições sobre os rumos do desenvolvimento econômico e social do estado do Rio de Janeiro. E, a partir de pesquisas, como as que deram origem a este mapa, com os territórios culturais do estado, além dos já apresentados *Caderno de esportes do estado do Rio de Janeiro* (2012) e o *Caderno de turismo do estado do Rio de Janeiro* (2010), a universidade tem atuado para a reflexão e a elaboração de políticas públicas focadas na melhoria da qualidade de vida de nossa população.

Nessa publicação, buscou-se identificar como a cultura está estruturada nos 92 municípios fluminenses. O intuito deste trabalho é servir de ferramenta para a elaboração de políticas públicas que entendam a cultura como um elo importante na promoção do desenvolvimento local. Vale ressaltar que os territórios culturais aqui propostos não ignoraram a presença da pluralidade de bens culturais de natureza material e imaterial presentes em nossos municípios, mas propõem a convergência dessas expressões para marcas identitárias que venham a possibilitar visibilidade para essas regiões e seus respectivos municípios.

Este estudo serve como ponto de partida para que a Universidade possa aprofundar o debate e contribuir, por meio de ações concretas, para o desenvolvimento econômico e social de nosso estado.

Ruy Garcia Marques

Maria Georgina Muniz Washington

Reitoria UERJ

Palavra do presidente

O Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro Jornalista Roberto Marinho, que completou, em 2017, 14 anos de existência, tem como objetivo reunir a sociedade civil organizada e as universidades, visando construir para o Poder Legislativo propostas que contribuam para o crescimento e para o desenvolvimento sustentável do Rio de Janeiro.

Tal objetivo se concretiza a partir de reuniões das suas oito câmaras setoriais, das quais participam membros indicados pelas 41 instituições que compõem o Fórum, definindo a agenda e os temas que serão foco do trabalho do grupo. Este *Caderno de cultura* é fruto de uma parceria que atravessou os anos e produziu uma série de três publicações que retrataram os perfis do turismo, do esporte e, agora, da cultura em nosso território. Essa trilogia, que está disponível no site do Fórum (www.querodiscutiromeuestado.rj.gov.br), é resultado da constatação de que além de recomendações e projetos, o conhecimento dos atores reunidos pela ALERJ nessas câmaras setoriais poderia contribuir objetivamente para que os gestores tivessem em mãos a reflexão e o conhecimento proporcionados pela troca ativa entre quem produz e quem pensa o estado do Rio de Janeiro e toda a sua complexidade.

Produto de um trabalho coletivo, que mobilizou professores e bolsistas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), a expectativa do Parlamento em seu lançamento é a de que este *Caderno de cultura* guie nossos gestores públicos estaduais e municipais e ajude-os a desenhar seus planos de ação.

O que se busca com essa cooperação entre a Universidade e o Poder Legislativo do Estado é possibilitar o acesso a mais uma

ferramenta que contribua para a tomada de decisões estratégicas e que impactará sobremaneira o dia a dia dos cidadãos fluminenses.

Jorge Picciani

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e do Fórum Permanente de Desenvolvimento

Estratégico do Estado do Rio de Janeiro

Jornalista Roberto Marinho

Sumário

11

12 A dimensão econômica da cultura

32 Mapa dos territórios culturais do estado do Rio de Janeiro

43 Cosmopolitismo e indústria cultural

João Luiz de Figueiredo

Coordenador do Núcleo de Economia Criativa da ESPM-Rio, chefe da área Gestão do Entretenimento, do curso de Administração da ESPM-Rio, e professor do Departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio

Introdução

As atividades culturais estão se configurando em algumas das mais dinâmicas atividades produtivas do mundo, constituindo-se, em certos casos, no motor central da economia de algumas cidades. A crescente participação dessas atividades na economia, tanto na escala nacional, como na mundial, decorre do aumento do tempo livre para consumo de bens e serviços culturais ou da intensificação do uso desse tempo. No entanto, se, por um lado, o peso dessa produção é crescente no total da economia, por outro, a descoberta desse campo de estudo é recente no Brasil, havendo muitas lacunas a serem preenchidas.

O objetivo deste texto é, portanto, contribuir para a análise da dimensão econômica da cultura, com especial ênfase na crescente

* DOI: 10.12957/eduerj.9788575114537.12.31

associação entre economia, cultura e desenvolvimento. Antes, contudo, faremos uma breve recuperação das origens desse debate.

É importante enfatizar que, ao tratarmos economicamente a produção de bens e serviços culturais, não faremos nenhuma análise estética da cultura e tampouco pretendemos igualar os processos produtivos da cultura com os de outras atividades econômicas. Trata-se apenas do reconhecimento, como apontado no início do texto, da crescente importância dessas atividades em termos econômicos e do fato de que os bens e serviços culturais também são presididos por interesses econômicos.

As origens do debate econômico sobre cultura

Embora as atividades culturais já fossem mencionadas nos livros mais clássicos da Economia, como em Smith (1982) e Marshall (1982),¹ seu reconhecimento como objeto de estudo das ciências econômicas é recente. Para muitos estudiosos do assunto (Throsby, 2001; Benhamou, 2007), o trabalho de Baumol e Bowen (1966) sobre a economia do espetáculo ao vivo é o fundador deste novo campo de estudos: a economia da cultura. Na sequência, diversos estudos e pesquisas contribuíram para a solidificação da disciplina, a qual já conta com uma associação internacional, a *Association for Cultural Economics International*, e um periódico especializado, o *Journal of Cultural Economics*. Da mesma forma, as preocupações sobre a gestão das atividades culturais influenciaram a criação da *International Association of Arts and Cultural Management* que, entre as suas atividades, coordena a publicação do periódico *International Journal of Arts and Cultural Management*. Cada uma dessas associações possui um grande evento acadêmico internacional, em que se verificam a pluralidade e

1 N.E. As primeiras edições dessas obras ocorreram em 1776 (Smith) e 1890 (Marshall).

a intensidade das pesquisas sobre as relações entre economia, gestão e cultura.

No Brasil, embora ainda não haja uma associação dedicada à análise da cultura por um viés econômico ou da gestão, muitas iniciativas acadêmicas surgiram a partir do início deste século. Entre elas, merecem destaque, pela interdisciplinaridade dos debates promovidos em seus eventos, o Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT) e o Encontro Brasileiro de Pesquisa em Cultura (EBPC). Da mesma forma, chamam atenção os esforços de governos municipais e estaduais, bem como do federal, em criar programas dedicados a compreender e a fortalecer a dinâmica produtiva das atividades culturais. Mas por que encontramos atualmente tantas ações com a intenção de aprofundar o conhecimento da dimensão econômica da cultura? Por que cidades, estados e países se dedicam cada vez mais a fortalecer tais atividades? Afinal, como podemos analisar a importância econômica da cultura?

Para Benhamou (2007), a valorização da economia da cultura como campo de estudo decorre da crescente importância dos fluxos de renda e de emprego no conjunto da economia, da necessidade de avaliação das políticas culturais e, no plano teórico da ciência econômica, da abertura de novas fronteiras de discussão (a economia das atividades sem fins lucrativos, revisão do pressuposto da racionalidade, economia das organizações, economia da informação e da incerteza). Throsby (2001), por sua vez, acrescenta os efeitos indiretos de geração de renda e de emprego nas atividades não culturais, as implicações das atividades culturais em processos de reestruturação urbana e o efeito das externalidades positivas geradas em longo prazo.

A primeira tarefa a ser realizada para iniciar a discussão sobre a dimensão econômica da cultura é a difícil delimitação do que chamamos de economia da cultura. Throsby (2001) reconhece que, nesse âmbito, existem dois tratamentos a dar à cultura.

Primeiramente, dentro de uma abordagem antropológica, a palavra “cultura” é empregada para descrever um conjunto de atitudes,

crenças, moral, costumes, valores e práticas comuns a um determinado grupo ou compartilhadas por seus membros. Nessa perspectiva, fundamenta-se a noção de identidade, uma vez que os integrantes de cada grupo se reconhecem entre si e se diferenciam dos outros pelas distintas manifestações que os caracterizam. A utilização dessa abordagem é muito importante para estudos que associam os fatores culturais ao desenvolvimento econômico, como fez Max Weber (2004)² ao relacionar a influência da ética protestante ao nascimento do capitalismo e como fazem alguns geógrafos e economistas atuais, cujos trabalhos evidenciam a importância dos valores, costumes e das instituições formais e informais de uma localidade para a sua trajetória de desenvolvimento econômico.

A segunda abordagem calca-se em uma orientação funcional, a qual determina uma série de atividades cujos produtos se relacionam com os aspectos intelectuais, morais e artísticos da vida humana. Trata-se de atividades mais dependentes da iluminação e da educação da mente humana do que da simples aquisição de habilidades técnicas ou vocacionais e, nessa perspectiva, a palavra “cultura” se torna um adjetivo designador de uma característica específica de alguns substantivos, como bens culturais, instituições culturais, indústrias culturais e setor cultural da economia. Visando a um maior enquadramento dessa definição, Throsby (2001) sugere três condições para que as atividades possam ser classificadas como culturais: possuir alguma forma de criatividade em suas produções, gerar ou comunicar conteúdos simbólicos, e seus produtos poderem adquirir algum tipo de propriedade intelectual.

Por meio da abordagem funcional da cultura, podemos reconhecer que sua produção e seu consumo podem ser situados em uma estrutura industrial, e os bens e serviços produzidos e consumidos

2 N.E. O livro *A ética protestante e o espírito do capitalismo* foi publicado, pela primeira vez, em 1904.

podem ser compreendidos como mercadorias nos mesmos termos que outras produzidas dentro do sistema econômico.

Diante disso, reconhecemos que, desde quando Adorno e Horkheimer (2002) cunharam o termo “indústria cultural”,³ muitas outras noções foram propostas acerca da mercantilização da cultura a partir de um domínio econômico. A Economia da Cultura, então, se solidificou por tratar a produção e o consumo de cultura como processos econômicos.

Segundo Scott (2000), tudo isso se baseia no fato de que, no capitalismo moderno, os produtos culturais, considerados em sua heterogeneidade, incorporaram elementos estratégicos de produtividade ao seu processo de produção e que, de forma geral, todo o campo da cultura humana está sujeito, crescentemente, à mercantilização. Em outras palavras, grande parte da cultura que consumimos, da mais exclusivista à mais comercial, está submetida a organizações que se orientam pela lógica do lucro.

O crescente número de firmas e trabalhadores que se dedicam a produzir, gerenciar, exibir ou divulgar (marketing) bens e serviços originados da mobilização criativa, permeados por atributos simbólicos e capazes de obterem algum direito de propriedade intelectual, evidencia o dinamismo do setor cultural da economia. Naturalmente, deve-se deixar claro, existem campos de produção de bens e serviços culturais que não possuem essa orientação mercadológica, constituindo-se, em certos casos, em uma oposição à lógica capitalista de produção. Entretanto, mesmo em menor grau, esses bens e serviços são absorvidos pelo sistema produtivo e passam a ocupar nichos de mercado, assim como seus produtores dependem, na maior parte dos casos, de uma renda mínima para satisfazer às suas necessidades.

3 N.E. Conceito criado por Adorno e Horkheimer na obra *Dialética do Esclarecimento* (1944).

Deve-se ressaltar que a referida abordagem funcional da cultura não invalida outras interpretações, mas apenas reconhece como fato que as atividades de produção e de consumo de bens e serviços de cultura dentro de um sistema econômico envolvem transações econômicas, e que essas atividades podem ser compreendidas como indústrias.

Em suma, o conceito de indústrias culturais é empregado para compreender os estágios da produção de bens e serviços oriundos de atividades culturais, as quais devem possuir as três características listadas pela abordagem funcional da cultura.

A crescente importância da produção simbólica na atual fase do capitalismo fez com que a cultura e o seu modo de produção se expandisse para outras atividades produtivas de maneira a possibilitar a diferenciação competitiva dos bens e serviços. Para Bourdieu (1979), é por meio das trocas de símbolos que os homens conseguem se diferenciar uns dos outros e, dessa forma, indústrias tradicionais, como a automobilística e a têxtil, passaram a incorporar fortemente a produção simbólica em seus processos produtivos para ganharem níveis de competitividade e obterem taxas de lucro acima da média. Diante disso, pode-se compreender uma evolução da economia da cultura para a economia criativa, que inclui, além de todas as atividades culturais, as de entretenimento e outras que se alimentam da cultura para produzirem valor simbólico em atividades como publicidade, arquitetura e *design*.

Uma vez delimitado aquilo que chamamos de economia da cultura, ainda que imprecisões e discordâncias possam existir em relação às definições apresentadas, podemos passar para as evidências da dimensão econômica da cultura.

A primeira, e provavelmente a mais percebida, é a sua crescente relevância na geração direta e indireta de emprego e renda. Se, por um lado, as atividades culturais sempre foram geradoras de emprego e de renda, por outro, em função da intensificação do processo de globalização e do avanço do processo de automação em diversas ati-

vidades produtivas, o emprego e a renda gerados nas atividades culturais passaram a desempenhar um papel mais relevante no conjunto da economia. Assim sendo, muitos levantamentos foram realizados com o objetivo de quantificar o impacto econômico das atividades culturais, como veremos na sequência. Os dados que serão apresentados tratam do conjunto da economia criativa.

No mundo, de acordo com a publicação da UNCTAD (2010), a economia criativa responde por uma produção de 2 trilhões de dólares anuais, gerando um comércio internacional de bens e serviços criativos de aproximadamente 600 bilhões de dólares, cuja taxa de crescimento, no período 2003-2008, ficou acima de 14% ao ano.

Embora a fatia brasileira no bolo das exportações ainda seja pequena, o país progressivamente eleva a participação dos seus setores criativos no PIB nacional, conforme se verifica no quadro abaixo.

Quadro 1 – PIB do núcleo criativo e participação no PIB total em países selecionados em 2011

País	PIB criativo (R\$ bilhões)	Participação no PIB (%)
Estados Unidos	1.011	3,3
Reino Unido	286	5,8
França	191	3,4
Alemanha	181	2,5
Brasil	110	2,7
Itália	102	2,3
Espanha	70	2,3
Holanda	46	2,7
Noruega	32	3,2
Bélgica	27	2,6
Suécia	26	2,4
Dinamarca	21	3,1
Áustria	15	1,8
Grécia	6	1,0

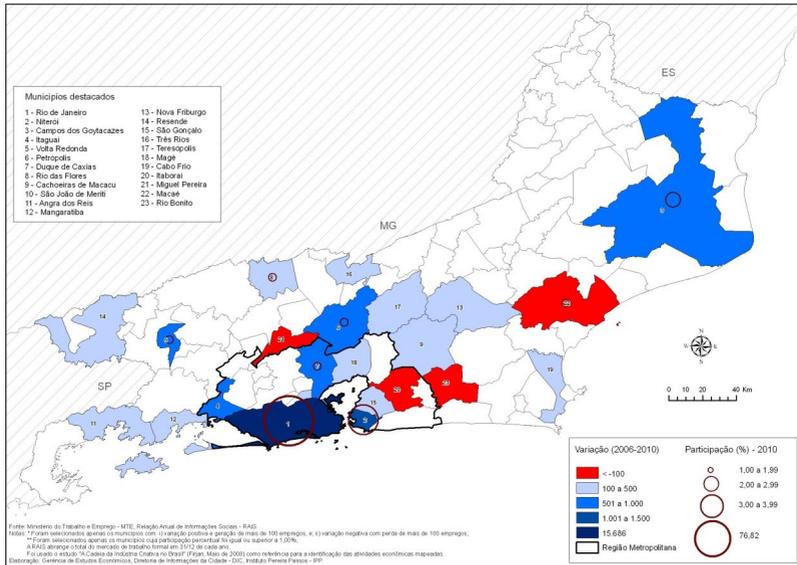
Fonte: FIRJAN, 2012, p. 13.

Em termos de emprego e renda, as atividades do núcleo da economia criativa no Brasil geraram, em 2011, 810 mil empregos de carteira assinada (1,7% do total de empregos do país) e atingiram uma média salarial de R\$ 4.693,00 mensais, enquanto a média de salário do trabalhador brasileiro era de R\$ 1.733,00 (FIRJAN, 2012).

No caso do estado do Rio de Janeiro, o mesmo levantamento da FIRJAN indica que o núcleo da economia criativa responde por 4,1% do PIB fluminense (maior participação do PIB criativo na economia estadual entre todas as unidades da federação); os empregos formais totalizam 96 mil profissionais, distribuídos em 26 mil empresas; e o salário médio desses profissionais é o maior do Brasil, R\$ 7.275,00.

Além da análise quantitativa do peso das atividades culturais e criativas na economia, é importante o estudo sobre a dinâmica produtiva dessas atividades, mais especialmente sobre a sua tendência a se concentrarem nas metrópoles e formarem densas aglomerações de empresas e de trabalhadoras com fortes relações de interdependência. Nos mapas abaixo, é possível visualizar a concentração do emprego das atividades criativas na cidade do Rio de Janeiro.

Mapa 1 – Variação absoluta do número de empregos formais (2006-2010)* e participação percentual no total dos empregos no estado do Rio de Janeiro em 2010** para as “atividades do núcleo” da cadeia da economia criativa, segundo municípios destacados – Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Medeiros Júnior, Grand Júnior e Figueiredo (2011).

O reconhecimento da cultura como um fim e a valorização da diversidade cultural levaram a OMC (Organização Mundial do Comércio) a estabelecer a exceção cultural para a indústria audiovisual, permitindo aos países a proteção de suas atividades por meio de instrumentos econômicos. Afinal, não se trata de produzir bens e serviços puramente econômicos, mas da produção de algo que diz respeito a uma determinada cultura. A partir desse tratamento diferenciado dado ao audiovisual na OMC, a questão da exceção cultural passou a aparecer frequentemente nos diversos acordos comerciais assinados entre os países. O setor audiovisual é certamente o mais impactado pela exceção cultural, de maneira que diversos países possuem leis de proteção e de incentivo ao conteúdo nacional. Por outro lado, os países hegemônicos na produção e comercialização de bens e serviços culturais são contrários a essa exceção cultural e defendem a ideia de que se trata de bens e serviços econômicos apenas.

Ainda com relação às políticas culturais, os instrumentos da economia podem ser utilizados para a construção de políticas mais eficientes, que não fiquem centradas apenas no incentivo à produção, mas que compreendam os outros elos do processo produtivo – a distribuição/comercialização e exibição/consumo/fruição – como complementares e cruciais ao sucesso da política cultural. Em determinadas situações, a primazia de incentivos à produção pode gerar efeitos distributivos regressivos, uma vez que o bem e o serviço culturais produzidos não alcançam o seu verdadeiro objetivo, o de serem consumidos. Em outras palavras, são o filme que ninguém viu, o livro que ninguém leu, a exposição que ninguém visitou, a peça a que ninguém assistiu e assim por diante. Em suma, as políticas culturais devem balancear suas ações por todos os elos do processo produtivo, assim como precisam controlar a tendência econômica da concentração dos recursos.

Um indicador econômico extremamente importante para as políticas culturais é a mensuração do efeito multiplicador do gasto na cultura, ou seja, quantos reais são gerados na economia a partir de um

real gasto na cultura. No Rio de Janeiro, a RioFilme tem se esforçado para tanto e já apresentou números interessantes que indicam que, para cada R\$ 1 (um real) gasto em um filme, outros R\$ 5 (cinco reais) são gerados na economia. Alguns filmes chegaram a gerar cinco vezes mais impostos do que o valor recebido pelas leis de incentivo. Essa mensuração é de grande importância para expurgar, de uma vez por todas, a visão do senso comum de que a cultura se sustenta com dinheiro público.

As políticas culturais também são justificadas pelas externalidades positivas geradas por suas atividades, de maneira que compreendem a existência de efeitos positivos para a sociedade da produção de bens e serviços culturais. Esses efeitos podem estar associados ao desenvolvimento de outras atividades econômicas, como, por exemplo, a relação entre o turismo e o audiovisual ou a consideração da existência de atividades culturais e de entretenimento na escolha da localização da filial ou da sede da empresa; mas também se relacionam com a noção de qualidade de vida para a população local, que valoriza a possibilidade de acessar os bens e os serviços culturais e de entretenimento em seu tempo livre.

O reconhecimento dessas manifestações da dimensão econômica da cultura é diretamente responsável pelo exponencial crescimento da atenção dos gestores públicos às atividades culturais, porém elas se inserem em uma discussão ainda maior, que é a associação entre cultura e desenvolvimento.

Cultura, desenvolvimento e cidades criativas

Em termos estruturais, a valorização das atividades culturais e criativas se relaciona com as novas formas de organização da produção e do consumo que emergiram como parte do processo de reestruturação do capitalismo a partir dos anos 1970. Segundo Corsani (2003), essa nova fase do capitalismo se caracteriza mais pela lógica da inovação em um regime de invenção do que pela lógica da repro-

dução em um regime de repetição outrora hegemônico. Isso evidencia a passagem do capitalismo industrial para outro definido de várias maneiras, entre as quais podemos citar “capitalismo cognitivo” (Corsani, 2003), “capitalismo criativo” (Florida, 2005) ou “capitalismo cultural-cognitivo” (Scott, 2008).

Dessa forma, cada vez mais o preço dos bens e dos serviços deixa de ser uma função dos custos de matéria-prima e de trabalho, passando a ser uma função do seu valor simbólico, que é gerado pelo ato criativo, constituindo-se, portanto, no principal componente do preço. Esse processo possibilita atrair consumidores dispostos a pagar mais caro, pois, como já dizia Bourdieu (1979), o homem procura se diferenciar daquilo que é corriqueiro. A valorização do intangível não é percebida apenas no setor industrial, mas afeta também o setor de serviços, conforme apontaram Pine II e Gilmore (1999), segundo os quais a economia atravessou as fases agrícola, industrial e de serviços, encontrando-se, hoje, na fase da experiência, que é intangível e simbólica na sua essência.

Diante disso, as atividades culturais e criativas têm o potencial de libertar as empresas da concorrência predatória dos preços ao agregarem conteúdos simbólicos e intangíveis aos bens e serviços. Em um contexto de acirramento do processo de globalização, a criatividade se apresenta, portanto, como componente fundamental da competitividade das empresas. Porém, além disso, também deve ser percebida como um elemento de diferenciação dos lugares, os quais podem mobilizar suas culturas e suas criatividades para, de forma semelhante à das empresas, se libertarem da competição global por investimentos feita por meio das isenções fiscais e da mão de obra barata.

Nesses estudos, o conceito de território é trabalhado em uma perspectiva econômica, segundo a qual, por meio de suas redes técnicas (competências objetivas), redes sociais (competências subjetivas) e redes institucionais, o território é responsável pela localização da atividade econômica, mais especificamente pelo nível de competitividade das firmas.

Dessa forma, uma atividade é territorializada quando sua efetivação depende da localização, de recursos inexistentes em muitos outros espaços e/ou que não podem ser facilmente criados ou imitados pelos locais que não os possuem (Storper, 1994). Portanto, a capacidade das firmas de serem mais competitivas depende fundamentalmente da localização geográfica em territórios, onde os recursos mais importantes se constituem em bens públicos, como a força de trabalho (saber-fazer), as capacidades de aprendizagem e de inovação e as relações entre os atores produtivos locais, estruturadas pelo ambiente institucional.

Diante desse quadro, multiplicaram-se os estudos e as ações que, buscando questionar as tradicionais políticas de desenvolvimento urbano/regional e acenar para novos horizontes e práticas possíveis, ressaltam o papel do conhecimento, da cultura e da criatividade como importantes recursos territoriais capazes de potencializar a construção do que Veltz (1999) denomina “competências pela diferenciação”. Em outras palavras, entendemos que a valorização da cultura local em prol de uma especificidade criativa possibilita a atração de investimentos que buscam o “diferente”, o “particular”, permitindo, assim, que os lugares se insiram de formas diferenciadas no processo de globalização pela mobilização produtiva de suas competências subjetivas.

Esses estudos aplicados às atividades culturais e criativas revelaram a tendência delas a se materializarem na paisagem das metrópoles na forma de aglomerações de firmas especializadas e de mão de obra qualificada, constituindo-se em uma importante evidência da relevância territorial para o dinamismo dessas atividades. Essa tendência já foi evidenciada nos mapas apresentados anteriormente e nos permite, por um lado, afirmar que as grandes cidades, em especial as metropolitanas, estão se tornando o principal *locus* de produção das atividades culturais e criativas; porém, por outro lado, seria um extremo reducionismo acreditar que apenas essas cidades podem ser definidas como criativas, uma vez que não se trata somente de uma quantificação do emprego ou do PIB das atividades criativas. Desse modo, entendemos que cidades de todos os tamanhos,

desindustrializadas ou que nunca se industrializaram, podem engendrar um modelo de desenvolvimento orientado pela concepção de cidade criativa. Mas, então, o que é uma cidade criativa?

Segundo Landry (2008), a cidade criativa parte do pressuposto de que as pessoas podem fazer coisas incríveis se lhes forem dadas oportunidades, de maneira que há mais potencial em todo lugar do que se poderia pensar à primeira vista. A cidade criativa é aquela que encontra a base do seu modelo de desenvolvimento nos seus próprios recursos culturais, os quais são capazes de diferenciá-la das outras cidades em um contexto de acirramento da globalização.

Essa nova perspectiva de desenvolvimento rompe com o modelo tradicional industrial e oferece novas oportunidades para todas as cidades, uma vez que não existe lugar no mundo que não possua alguma característica histórica, social ou cultural que não possa ser mobilizada produtivamente em prol do seu desenvolvimento socioeconômico (Landry, 2008). Portanto, para além do PIB dos setores culturais e criativos, as cidades criativas assumem a condição de centros de grande diversidade, cujas bacias de trabalho apresentam enorme variedade de talentos, de modos de vida e de culturas (Florida, 2005; Landry, 2008; Scott, 2008; Vivant, 2012). É, dessa maneira, fundamental a implementação de princípios elementares de igualdade, justiça e participação democrática como condições necessárias ao seu desenvolvimento.

Conforme as cidades se direcionam cada vez mais e mais para os modos culturais-cognitivos da atividade econômica, a procura por formas significativas de solidariedade, socialização, e ajuda mútua no cotidiano pessoal e profissional torna-se cada vez mais urgente, não apenas porque esses atributos são importantes por si mesmos mas também porque eles ajudam a aumentar as esferas da criatividade, da aprendizagem, da inovação, da experimentação social e da expressão cultural, e são portanto essenciais para o futuro florescimento econômico e cultural das cidades contemporâneas (Scott, 2008, p. 83).

Naturalmente, as cidades criativas precisam de lideranças que reconheçam a mudança do paradigma do desenvolvimento urbano no século XXI, em um processo que deve ser ancorado na cultura e nas identidades locais, as quais se constituem no traço de distinção de uma cidade frente às demais (Landry, 2008). Além disso, elas necessitam de espaços e de equipamentos urbanos em que a sua heterogeneidade se manifeste, pois é desses encontros que a criatividade emergirá e tenderá a se fortalecer no ambiente urbano, na forma das aglomerações produtivas (Scott, 2008). Nas palavras de Vivant (2012, p. 87):

Para além de um simples efeito de moda, a dimensão polissêmica da noção de cidade criativa convida à redescoberta das qualidades da cidade cosmopolita: lugar de alteridade, de encontros imprevistos, de experiências inéditas, de anonimato, de invenção de novas maneiras de ser e de fazer, de multidões e de diversidade de recursos. Ela exorta a inventar uma alternativa urbana na qual o acaso, o movimento e a criação estão a serviço dos habitantes e na qual modos de intervenção e de regulamentação se inventam e reinventam. Ela convida o urbanista à modéstia e à humildade, pois criatividade não se planeja nem se programa. Ela surge do imprevisto e do inesperado; ela nasce ali onde não se espera. Seja ela artística, tecnológica, científica ou urbana, a criatividade nasce do atrito entre alteridade e encontros imprevistos.

Embora o debate sobrevalorize a heterogeneidade dos recursos existentes nas metrópoles como insumo fundamental para a economia criativa, Reis e Urani (2011) destacam que as cidades criativas podem ser de todos os tamanhos, desde que haja uma prevalência de três elementos: inovações (tecnológicas, sociais, culturais e ambientais), conexões (entre o passado, o presente e o futuro da cidade; entre os bairros; entre o governo, as empresas e a sociedade civil; entre as pessoas; entre o local e o global) e cultura (bens e serviços culturais; importância da economia criativa; construção de um ambiente criativo).

Naturalmente, ainda há muito para se estudar e realizar. Entretanto, a possibilidade de a cultura local se transformar em um ativo para o desenvolvimento abre caminhos até então inexistentes para muitas cidades do Brasil, as quais, durante a hegemonia do modelo industrial, foram esvaziadas demograficamente pela migração em direção aos grandes centros urbanos. Da mesma forma, as maiores cidades do país se encontram diante de enormes desafios, pois a segregação socioespacial presente nesses espaços se configura em um enorme entrave para o desenvolvimento da capacidade criativa de sua população.

Estamos, portanto, diante de uma grande oportunidade; afinal, a enorme diversidade cultural brasileira pode, no século XXI, se configurar no mais importante ativo do desenvolvimento de nossas cidades. Acreditamos, portanto, na ideia defendida desde a década de 1960 por Celso Furtado, quando ocupou a função de Ministro da Cultura: a diversidade da cultura brasileira (o que somos) deve ser mobilizada produtivamente como eixo central de um novo modelo de desenvolvimento próprio do Brasil, de modo que a cultura seja reconhecida como um fim e a economia como um meio (Furtado, 2012).

Referências

- ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. “A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massa”. In LIMA, Luiz Costa (org.). *Teoria da cultura de massa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- BAUMOL, William e BOWEN, Willian. *Performing arts: the economic dilemma*. Cambridge: MIT Press, 1966.
- BENHAMOU, Françoise. *A economia da cultura*. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Minuit, 1979.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011-2014*. Brasília: Ministério da Cultura, 2011.
- CORSANI, A. “Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo”. In GALVÃO, Alexander Patez et al. (orgs.). *Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- FIRJAN. Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. *Indústria criativa: mapeamento da indústria criativa no Brasil*. Disponível em: <http://www.firjan.org.br>. Acesso em: 23 dez. 2012.
- FLORIDA, Richard. *Cities and the creative class*. New York: Routledge, 2005.

FURTADO, Celso. “Que somos?” In FURTADO, Rosa Freire d’Aguiar (org.). *Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2012, pp. 29-41.

LANDRY, Charles. *The creative city: a toolkit for urban innovators*. Londres: Earthscan, 2008.

MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia: tratado introdutório*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

MEDEIROS JR., Hélcio et al. “A importância da economia criativa no Rio de Janeiro. Economia criativa e desenvolvimento territorial: reflexões sobre a cidade do Rio de Janeiro”. In *Anais do II Seminário Nacional Espaço e Economia: Políticas territoriais, intervenção do Estado e práticas sociais na reestruturação do espaço*. São Gonçalo: UERJ, 2011. Disponível em: <http://www.nupee.com.br/portal.php>. Acesso em: 28 dez. 2012.

PINE II, B. Joseph e GILMORE, James H. *The experience economy: work is theater and every business a stage*. Massachusetts: Harvard Business Publishing, 1999.

REIS, Ana Carla Fonseca e URANI, André. “Cidades criativas: perspectivas brasileiras”. In REIS, Ana Carla Fonseca e KAGEYAMA, Peter (orgs.). *Cidades criativas: perspectivas*. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011, pp. 30-37.

SCOTT, Allen J. *The cultural economy of cities*. Londres: Sage, 2000.

_____. *Social economy of the metropolis: cognitive-cultural capitalism and the global resurgence of cities*. New York: Oxford University Press, 2008.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

STORPER, Michael. “Territorialização numa economia global: possibilidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas”. In LAVINAS, Lena et al. (orgs.). *Integração, região e regionalismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

UNCTAD. United Nations Conference on Trade and Development. *Creative economy report 2010: creative economy: a feasible development option*. United Nations, 2010.

VELTZ, Pierre. *Mundialización, ciudades y territorios: la economía de archipiélago*. Barcelona: Ariel, 1999.

VIVANT, Elsa. *O que é uma cidade criativa?* São Paulo: Senac, 2012.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Mapa dos territórios culturais do estado do Rio de Janeiro*

Organizadores

Glaucio Marafon

Rogério Seabra

Marcelo Sotratti

Autores

Aline Sá

Amanda Rocha

Arthur Andrade

Bruno Albuquerque

Caroline Xavier

Daniel Martorelli

Gabriel Miguez

Gustavo Brito

Marcelo Azevedo

Marcos Lima

Pedro Lucas

Phelipe Gonçalves

Thiago Baptista

Colaboradores

Samyr Rangel

Leonardo Sul

Território e cultura: marcos conceituais

Embora a utilização do termo “território” esteja sempre presente nas produções acadêmicas das diversas disciplinas das ciências humanas, como a Sociologia, a Antropologia e a História, e mesmo da Economia, a polissemia da palavra tem resultado em interpretações das mais diversas deste que é um dos conceitos chaves da Geografia.

Tomando como ponto de partida a definição de “território”, de acordo com o Dicionário Aurélio, podemos observar que esse conceito corresponde a:

s.m. Grande extensão de terra. / Área de um país, de um Estado, de uma cidade etc. / Área de um país sujeita a uma autoridade, a uma jurisdição qualquer: o território de uma região militar. / Espaço terrestre, marítimo, aéreo, sobre o qual os órgãos políticos de um país exercem seus poderes.

Contrastando com a interpretação geográfica da categoria território, observamos algumas questões bastante comuns associadas a essa definição:

- a compreensão de território baseada numa perspectiva física e relacionada ao tamanho de uma área;
- a vinculação do território apenas à escala nacional quando se pensa o termo a partir do poder exercido no espaço;
- a associação entre território e espaço como sinônimos.

Tais definições acabam evidenciando o poder estatal como o agente hegemônico capaz de exercer relações de poder em escala nacional, minimizando as ações de outros agentes sociais na configuração e na dinâmica espacial de regiões ou mesmo localidades.

A geografia contemporânea aponta a superação da visão de território a serviço exclusivo e estratégico do Estado-nação e valoriza uma forma de abordagem do território pautada não na sobreposição e hierarquização das dimensões políticas e culturais da sociedade, mas

sim a partir da intercessão dessas dimensões materializadas no espaço.

Assim, o território pode ser compreendido como:

um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os *insiders*) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os *outsiders*) (Souza, 1995, p. 86).

Essa rede de relações que define um limite entre os *insiders* e *outsiders*, os quais estão espacialmente definidos, pode atuar no sentido de um fortalecimento de determinados territórios em detrimento de outros. A partir do momento em que são definidos territórios, é estabelecida uma rede de relações sociais que envolve não só uma gama de conflitos e disputas, como também uma identidade espacialmente delimitada; nesse caso, uma identidade territorial. A formação de territórios culturais pode ser compreendida, em tal contexto, como a manifestação identitária de diferentes expressões culturais no espaço, permitindo sua percepção e identificação simbólica ou material.

Cabe ressaltar que não necessariamente essa identidade irá resultar em um pacto territorial na arena de disputa, onde haja consenso nos interesses a serem preservados dentro daquele local. Entretanto, isso não descaracteriza aqueles espaços como territórios. Em diversas práticas culturais, definir um recorte espacial é delimitar um espaço territorializado, uma vez que essas práticas carregam forte dimensão simbólica como parte de suas identidades locais.

Hanna Arendt (1983, p. 213), refletindo sobre a natureza do poder associada ao conceito de território, menciona que:

o único fator material indispensável para a geração do poder é a convivência entre os homens. [...] O que mantém unidas as pessoas depois que passa o momento fugaz da ação (aquilo que hoje chamamos de organização) e o que elas, por sua vez, mantém vivo ao permanecerem unidas é o poder.

A convivência como fator de geração de poder explicita outro dado da espacialidade das práticas culturais. Ela revela identidades e destaca os limites entre os agentes externos e locais. Nesse sentido, o território é definido também a partir do conjunto de significados que essa convivência constrói socialmente por meio do poder.

O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar e político-econômico (Haesbaert, 1997, p. 42).

Embora a base material do território explicita, em certo sentido, as relações de poder que acontecem em determinado espaço, este só vai ser inteligível a partir do entendimento e desvendamento das relações em sua dimensão simbólica e imaterial. Aqui, o diálogo entre território e cultura ganha contornos mais evidentes, uma vez que a dimensão cultural pode ser percebida materialmente pela paisagem ou mesmo pela apropriação simbólica de grupos culturais no território.

Um centro histórico preservado consiste em um marco material das políticas de preservação e da presença da memória em determinado espaço. Da mesma forma, podemos perceber a “presença” simbólica de algumas manifestações, como religiosidades, música e dança no espaço. É, nesse sentido, que os territórios culturais são construídos.

A dimensão simbólica do território implica também a revalorização dos sujeitos sociais, aqui pensados como “senhores de suas ações” (Sader, 1988), e o território emerge como instrumento e exercício de poder por diversos atores sociais. A constituição de seus territórios faz parte da própria definição dos sujeitos e sua capacidade de produzir uma arena onde diversos deles se reconheçam enquanto “senhores de suas ações”.

Algumas expressões culturais, como o samba e o funk, evidenciam a construção de territórios culturais como espaços onde os agentes sociais são protagonistas e orientam sua configuração material e simbólica. Tal resignificação construída por essas práticas no espaço possibilita uma releitura dos agentes na construção do território. Assim, a cultura redefine e é redefinida pelo território.

Os territórios culturais são, portanto, manifestações materiais e simbólicas de relações e expressões culturais que possibilitam uma identidade territorial, uma distinção. Embora essa identidade não seja única e restrita, sua percepção coloca o conceito de território muito próximo de uma rede de convivência e de integração entre diversos agentes.

O significado comum desse termo pode produzir distorções e limitações em relação à sua percepção, assim como a globalização, com sua fluidez e velocidade dos fluxos, pode nos levar a crer num processo de total desterritorialização. No entanto, o território ainda é um conceito-chave não só para a Geografia, mas para todos os estudiosos preocupados em entender a prática socioespacial na construção do mundo contemporâneo, em suas diversas dimensões: política, econômica, social, cultural, material ou simbólica.

Diante da ampla diversidade cultural e sua distribuição contínua e difusa no território fluminense, a elaboração de uma representação sintética dos territórios culturais em âmbito regional não é uma tarefa fácil. Vale ressaltar que tais territórios aqui propostos não ignoraram a presença da pluralidade de bens culturais de natureza material e imaterial presentes em nossos 92 municípios, mas propõem a convergência dessas expressões para marcas identitárias que venham a possibilitar visibilidade para essas regiões e seus respectivos municípios.

A produção sintética de territórios culturais possibilita a cooptação de esforços entre os diferentes agentes culturais na construção de políticas públicas de cultura sólidas e participativas, valorizando nossa identidade e corrigindo os desvios que as transformações sociais, econômicas e políticas presentes na história de nosso território ocasionaram em nossa cultura.

Metodologia para a elaboração do *Mapa de cultura do estado do Rio de Janeiro*

A representação cartográfica dos territórios culturais percebidos no estado do Rio de Janeiro teve seu ponto de partida por meio da leitura, organização e interpretação do extenso banco de dados elaborado pela Secretaria de Estado da Cultura e denominado *Mapa de cultura do estado do Rio de Janeiro*. Esse minucioso trabalho permitiu a análise, o agrupamento, a categorização e a representação cartográfica de toda a diversidade cultural fluminense em mapas-síntese que possibilitassem a elaboração de um mapa de territórios culturais do estado do Rio de Janeiro.

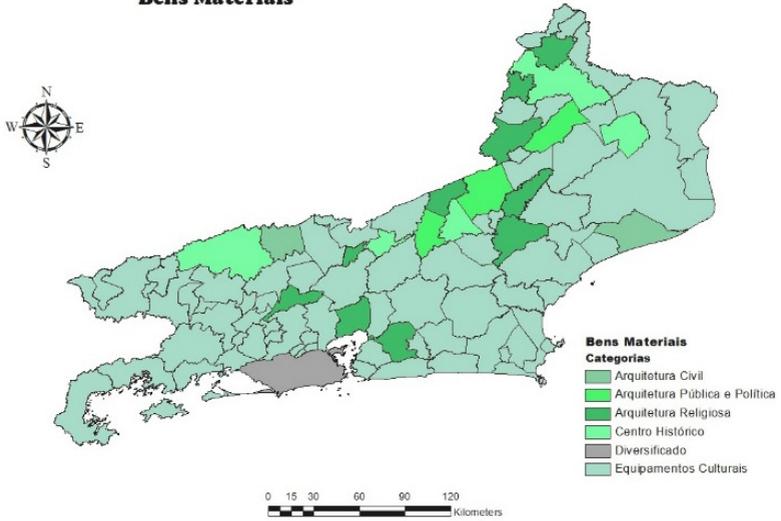
A elaboração de um mapa-síntese, realizada por meio de uma representação cartográfica específica dos territórios culturais, favorece a compreensão da espacialidade e a configuração material que a cultura se apresenta em nosso estado e possibilita interpretações e análises que favoreçam a adoção de políticas públicas voltadas à valorização e preservação de nossa diversidade cultural.

Nesse sentido, para se chegar a um mapa-síntese dos territórios culturais do estado, foram realizados, primeiramente, mapas temáticos baseados nos dados fornecidos pelo mapa de cultura do estado em cada município.

Para efeito de categorização, foi levada em consideração a classificação dos bens culturais adotados pelos órgãos de preservação do patrimônio atuantes no estado do Rio de Janeiro, ou seja, bens culturais materiais (arquitetura religiosa, arquitetura pública/política, arquitetura civil, centros históricos consolidados e equipamentos culturais) e bens culturais imateriais (artes plásticas, celebrações, literatura, música/dança/folclore e teatro/cinema).

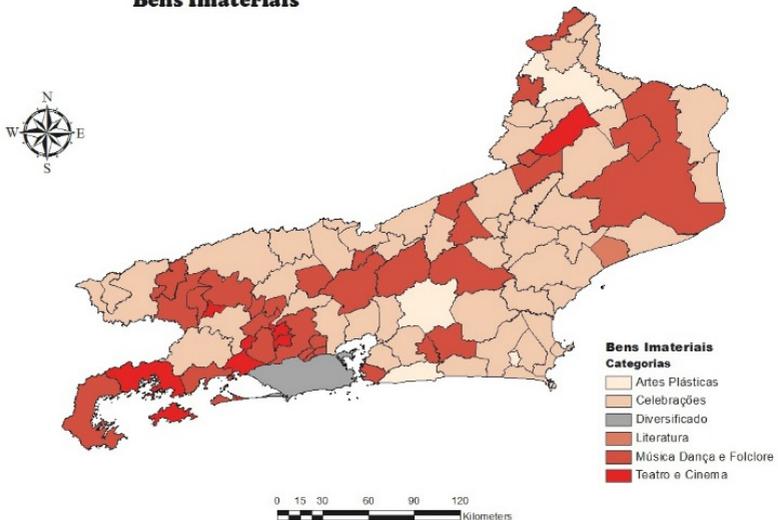
Todos os bens culturais presentes no banco de dados elaborado pela Secretaria de Cultura foram mapeados nos municípios. No entanto, a frequência e predominância das categorias apresentadas deram origem a dois mapas-base:

Mapa da Cultura do Estado do Rio de Janeiro
Bens Materiais



Mapa 2 – Bens Culturais Imateriais do Estado do Rio de Janeiro

Mapa da Cultura do Estado do Rio de Janeiro
Bens Imateriais

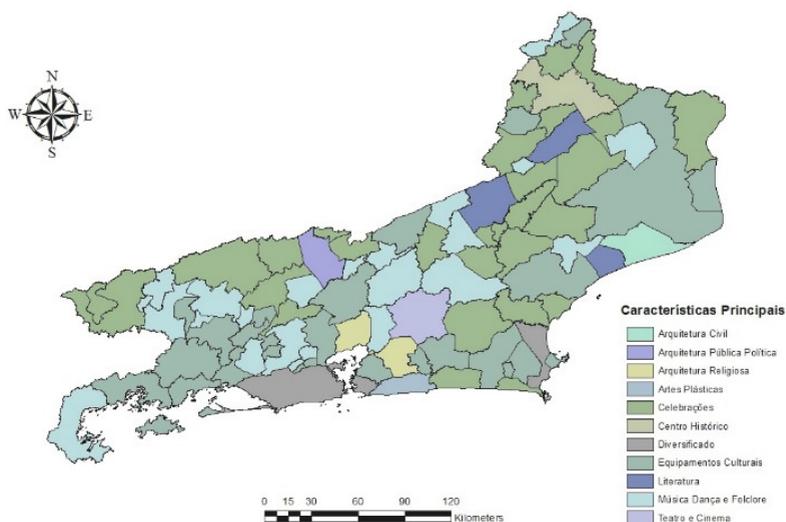


Cabe ressaltar que, para efeito de representação cartográfica, foram determinados como resultado para os mapas-base a predominância, a frequência e a notoriedade dos bens materiais e imateriais presentes nos municípios.

Os dois mapas-base possibilitaram a elaboração de um primeiro mapa-síntese, contendo as características identitárias principais da cultura em cada município, bem como elementos culturais secundários importantes que reforçam seu caráter simbólico.

Mapa 3 – Mapa-síntese

Mapa da Cultura do Estado do Rio de Janeiro



Tomando como referência o mapa-síntese, foi realizada uma análise qualitativa sobre a cultura predominante em cada município, de forma a identificarmos a possível construção de territórios culturais em toda a área que compõe o estado do Rio de Janeiro.

A análise qualitativa foi realizada por meio de investigação minuciosa do *Mapa de cultura do estado do Rio de Janeiro*, da análise

do patrimônio cultural protegido pelos órgãos de preservação do patrimônio cultural e dos bens culturais trabalhados pela Secretaria de Cultura do Estado.

A análise da natureza dos bens – acompanhada pela leitura de artigos acadêmicos sobre a cultura fluminense e por discussões com professores da UERJ que pesquisam o assunto – possibilitou a construção dos territórios culturais que identificam e valorizam a cultura fluminense.

Os territórios culturais presentes neste mapa possibilitam uma marca identitária simbólica que agrupam as manifestações culturais no território, mas de forma alguma visam mascarar a ampla diversidade cultural que caracteriza o estado fluminense. Tais territórios possibilitam a adoção de políticas públicas que valorizem a cultura fluminense de uma forma mais equitativa e facilitem a promoção e o engrandecimento da diversidade cultural pelo agrupamento simbólico das manifestações culturais presentes e constantes em cada território cultural.

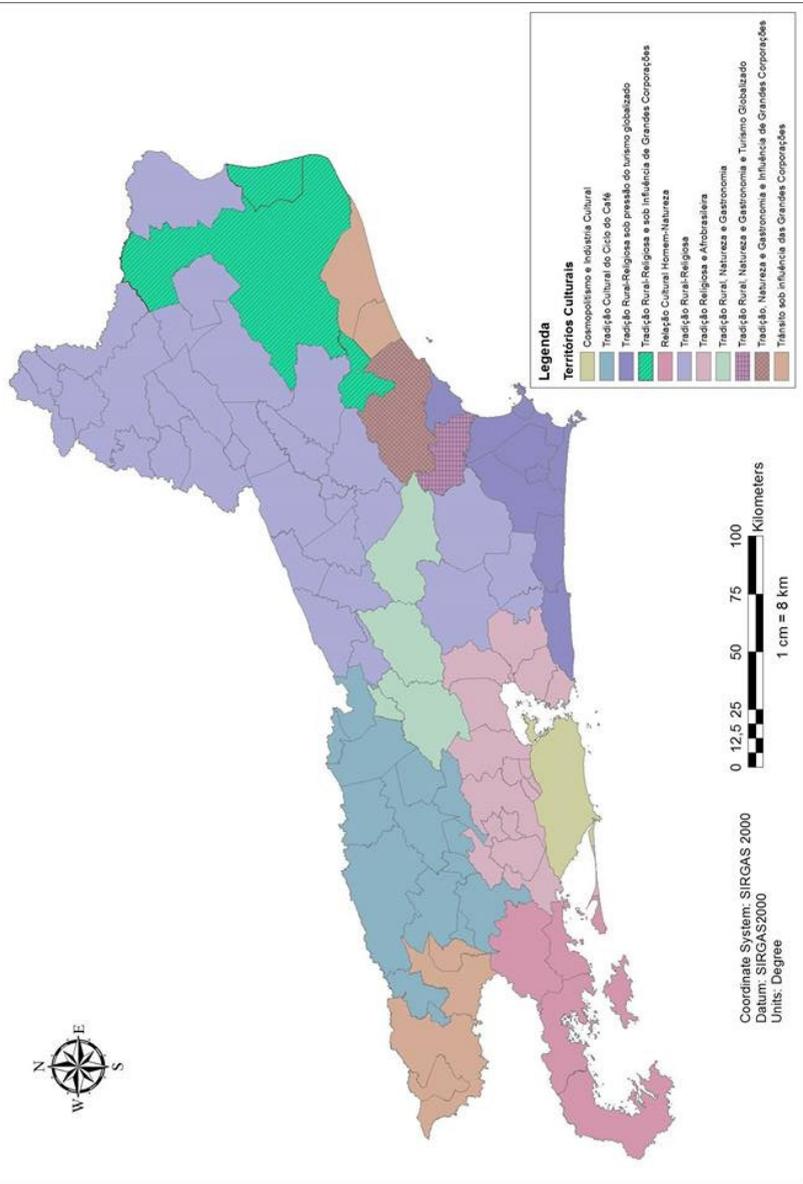
Novamente, cabe destacar que a elaboração de um mapa-síntese dos territórios culturais propostos neste mapa representou um desafio frente à diversidade cultural e territorial de nosso estado. Esses territórios foram resultado da convergência da pluralidade de bens culturais com as dimensões materiais e simbólicas das paisagens e do território fluminense.

Assim, o mapa dos territórios culturais do estado do Rio de Janeiro (a seguir) é composto pelos seguintes territórios culturais:

- Cosmopolitismo e indústria cultural;
- Tradição cultural do Ciclo do Café;
- Tradição rural-religiosa sob pressão do Turismo Globalizado;
- Tradição rural-religiosa sob influência das grandes corporações;

- Tradição cultural homem-natureza;
- Tradição rural-religiosa;
- Tradição rural-religiosa e afro-brasileira;
- Tradição rural, natureza e gastronomia;
- Tradição rural, natureza e gastronomia e turismo globalizado;
- Tradição, natureza e gastronomia sob influência das grandes corporações;
- Trânsito sob influência das grandes corporações.

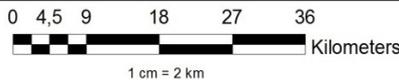
Territórios Culturais



Município que compõe o território “Cosmopolitismo e indústria cultural”	Rio de Janeiro
--	----------------



Coordinate System: SIRGAS 2000
Datum: SIRGAS2000
Units: Degree



O estado do Rio de Janeiro, um dos mais importantes do Brasil, apresenta grandes diversidades em variadas perspectivas, sejam elas físicas, histórico-econômicas e/ou políticas. Essa multiplicidade se reproduz no cotidiano dos municípios, o que pode ser ratificado nas práticas culturais dos diferentes territórios analisados. É importante, contudo, não esquecer o poder irradiado pela capital em direção aos municípios do estado e, também, às demais unidades federativas.

* DOI: 10.12957/educerj.9788575114537.43.69

A região cosmopolita do estado fluminense é composta, neste mapa da cultura, apenas pela cidade do Rio de Janeiro. Destaca-se a sua formação histórica, social e espacial da cidade, como sede da Colônia e do Império portugueses e da República, pois essa posição de destaque na construção histórica do país se refletirá na quantidade e diversidade de patrimônios culturais materiais e imateriais considerados neste caderno.

É válido lembrar que a cidade foi fundada há pouco mais de quatro séculos e, considerando esse período, por mais de trezentos anos a presença dos negros africanos esteve vinculada à escravidão. Um grande contingente de negros foi traficado para o Brasil, muitos deles se fixaram no estado e na atual cidade do Rio de Janeiro e, por consequência, múltiplas culturas foram trazidas com esses povos, que são de etnias distintas e apresentam expressões culturais bastante diversas. Essa realidade contribuiu de maneira significativa para a composição múltipla e fecunda das práticas culturais, hibridizadas por meio da imbricação dos povos indígenas, negros e europeus. É a partir dessa construção que se dá a configuração da centralidade dos patrimônios materiais e imateriais catalogados no trabalho, bem como do cosmopolitismo verificado nos dias atuais.

Um dos destaques entre os patrimônios imateriais listados são as práticas e manifestações culturais que ocorrem em espaços públicos, característica significativa na vida da cidade do Rio de Janeiro, mas que apresenta certa sazonalidade. O sentimento de pertencimento e apropriação de espaços públicos, como ruas, jardins e praças, não é verificado ao longo do ano. No entanto, o Carnaval e as festas religiosas transformam o uso e identidade dos espaços, que são intensamente utilizados.

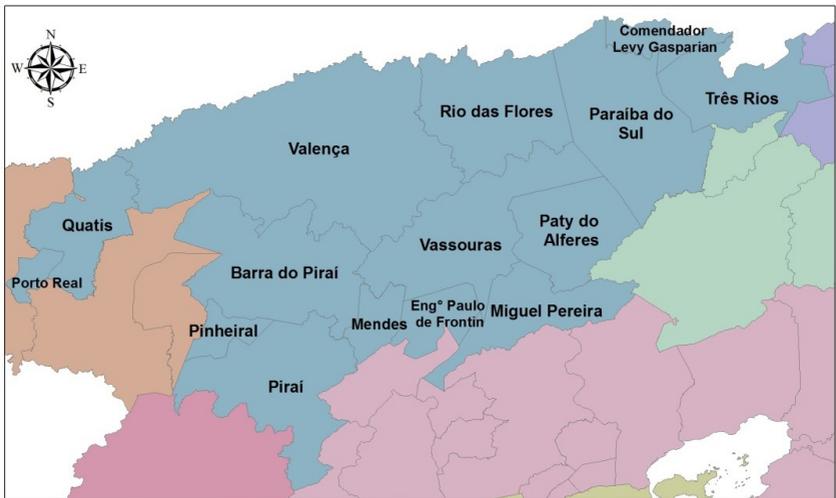
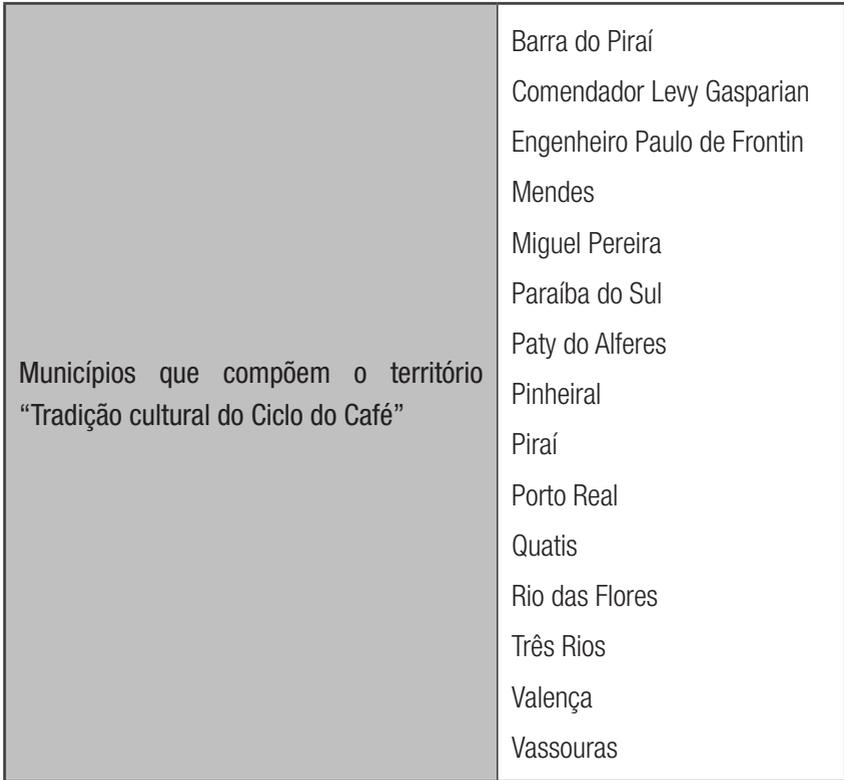
Símbolo e marca identitária da cidade do Rio de Janeiro, o Carnaval possui manifestações contemporâneas que apresentam formas de celebração distintas, mas tendo a rua como palco dessas expressões. São exemplos: o Samba na Pedra do Sal, o desfile do bloco Cordão do Bola Preta e a Orquestra Voadora.

A importância histórica da cidade do Rio de Janeiro pode ser verificada, também, na quantidade de patrimônios materiais geridos pela administração federal, o que pode ser relacionado à condição de ex-capital da República, do Império e da Colônia.

É o caso do Centro Cultural Banco do Brasil, o museu mais visitado do país e que recebe as principais exposições e coleções do mundo; a Biblioteca Nacional, que tem maior acervo da América Latina e o sétimo do mundo; o Museu Nacional, detentor do maior número total de bens em seu acervo – cerca de 20 milhões de exemplares (Museus em Números).¹

Diante desses exemplos, pode-se constatar a diversidade das expressões materiais e imateriais que o território cosmopolita agrega, o que está entre seus atributos nessa leitura cultural do estado fluminense. Por outro lado, a capital concentra um número desproporcional de patrimônios materiais e imateriais se comparado às demais regiões – o que merece ser destacado e considerado pelo poder público a fim de democratizar espacialmente as muitas manifestações existentes.

¹ Pesquisa do Instituto Brasileiro de Museus - (Ibram)/Minc.



Coordinate System: SIRGAS 2000
Datum: SIRGAS2000
Units: Degree

0 5 10 20 30 40
Kilometers
1 cm = 3 km

O território cultural do Ciclo do Café oferece aos seus visitantes um verdadeiro passeio pela história do estado do Rio de Janeiro através dos seguintes municípios: Barra do Piraí, Comendador Levy Gasparian, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paraíba do Sul, Piraí, Paty do Alferes, Pinheiral, Porto Real, Quatis, Rio das Flores, Três Rios, Vassouras e Valença. A arquitetura rural da época é imponente, já que nessa região se produzia o café que dominava a economia nacional, e esse território está repleto de construções preservadas. As fazendas dos antigos barões do café, seus casarões e senzalas são um verdadeiro patrimônio histórico-cultural.

Os casarios, palacetes, fazendas, igrejas e outros monumentos do município de Vassouras guardam lembranças de um período de opulência, como testemunhos no espaço geográfico que se forjou pela exploração da economia cafeeira. O município de Valença, cujo passado está diretamente ligado à fase de apogeu cultural do Ciclo do Café, apresenta arquitetura bastante preservada, com a presença e possibilidade de visitação a v arias propriedades coloniais. No município de Barra do Piraí,   possível visitar o prédio da antiga Estac o Ferroviária e algumas propriedades que se dedicam à cultura do café. O município de Rio das Flores apresenta atrativos turísticos também relacionados ao período cafeeiro, como, por exemplo, a Fazenda Para zo, cuja sede tem formato de “U”, característico da época. Nos municípios de Miguel Pereira e Paty do Alferes, as atra es são amostras do poderio econômico que essas cidades exerciam na época do apogeu do café, mas a cultura que merece destaque atualmente é a do tomate – Avelar é o distrito onde acontece a Festa do Tomate, com concursos de qualidade e culinária do fruto, torneios esportivos, shows, entre outros. Em Mendes e Pinheiral, as esta es férreas revelam parte do passado próspero da região, com a antiga Fazenda Pinheiro, que já foi considerada a maior produtora de café do Brasil.

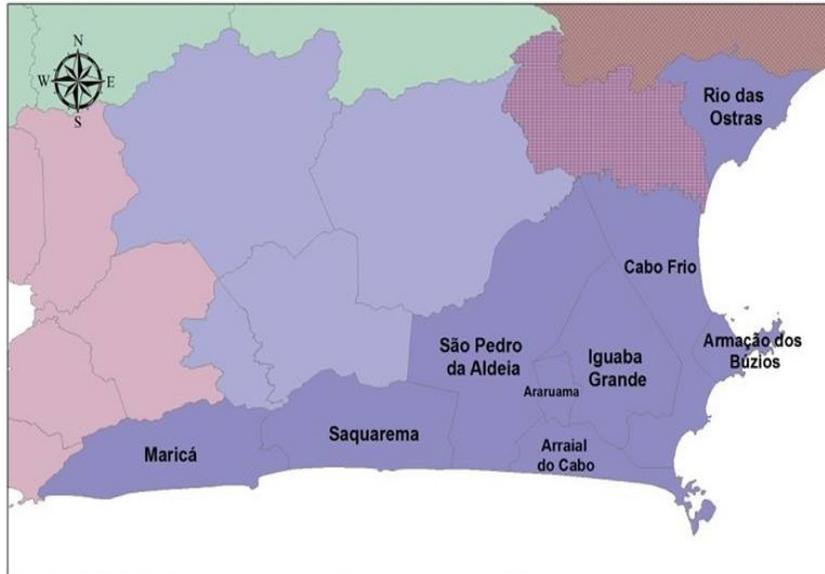
As igrejas seculares são símbolos materiais e imateriais importantes na cultura da região, uma vez que guardam lembranças do Ciclo do

Café e do modo de vida pretérito, que ajudam a contar a história da região. Muitos municípios apresentam equipamentos culturais que visam preservar as tradições desse período com exposições e lugares de reprodução da cultura do ciclo cafeeiro. Como imaterialidade cultural ligada à história local, temos expressões como a dança de jongo, os festivais do café em centros culturais, as fazendas históricas, os restaurantes e praças públicas dos municípios da região do Vale do Café e, finalmente, o Quilombo São José da Serra, em Valença, formado por descendentes de escravos que vieram principalmente da região do atual Congo, na África, e que mantêm tradições afro-brasileiras no seu cotidiano – eles oferecem a Festa dos Pretos Velhos, onde se jogam a capoeira, o maculelê, o jongo e o caxambu, sendo possível apreciar uma feijoada preparada como nos tempos de escravatura.

Tradição rural-religiosa sob pressão do turismo globalizado

Municípios que compõem o território “Tradição rural-religiosa sob pressão do turismo globalizado”

- Araruama
- Armação dos Búzios
- Arraial do Cabo
- Cabo Frio
- Iguaba Grande
- Maricá
- Rio das Ostras
- São Pedro da Aldeia
- Saquarema



Coordinate System: SIRGAS 2000
Datum: SIRGAS2000
Units: Degree
0 5 10 20 30 40
1 cm = 3 km

Este território possui um quadro identitário desafiador em que se constata a consolidação de uma estrutura e equipamentos culturais decorrentes do turismo de massa e, mais recentemente, do turismo globalizado frente à tradição e às atividades culturais tradicionais.

A forte tradição rural-religiosa como marco da cultura e a ocupação da faixa litorânea pelas populações tradicionais pesqueiras são importantes marcos da identidade territorial dessa região. As atividades de agricultura familiar e as atividades extrativistas e pesqueiras formam a base econômica e social que alimenta a vasta gama de expressões culturais presentes nos municípios dessa região, como celebrações religiosas, gastronomia, artesanato e festas tradicionais e ainda dinâmicas em vários municípios.

No entanto, as políticas nacionais e estaduais de turismo potencializaram na região – devido a sua singularidade e beleza paisagística – uma intensa apropriação e ocupação da atividade turística, pressionando e transformando as atividades tradicionais e introduzindo novos marcos simbólicos e identitários. Essa convivência não equilibrada é a marca desse território cultural que evidencia o esforço dos agentes culturais locais na manutenção de seus valores.

Mesmo assim, os aspectos naturais e belas paisagens, assim como densidades técnicas, fixos materiais e sociais, somados aos sistemas de engenharia, contribuíram para sua inserção nas rotas dos fluxos turísticos nacionais e internacionais.

Nesse quadro, o aspecto histórico-cultural do território, bem como sua dinâmica atual, confere ao município de Cabo Frio uma posição de destaque. A configuração desse município foi, durante muito tempo, uma área que compreendeu a quase totalidade do território do turismo globalizado, constituindo-se, assim, em uma espécie de “município mãe”. As emancipações territoriais ocorridas a partir da década de 1840 e no final do século XX contribuíram para a formação da malha municipal que abrange o recorte espacial do território em tela.

Com uma inserção econômica estruturada em atividades primárias e rota de passagem do eixo ferroviário Rio-Campos no período oitocentista, o processo de reestruturação territorial iniciado a partir da década de 1970 projetou o turismo e o lazer como atividades

importantes para os municípios elencados. A abertura de rodovias, conectando o antigo Distrito Federal à porção setentrional do estado fluminense, constituiu-se em expressivos fixos infraestruturais para o processo desencadeador de modificações territoriais que contribuíram para transformar paisagens e áreas rurais em urbanas.

A expansão das atividades turísticas encontrou no quadro natural do território a viabilidade para a exploração econômica das paisagens litorâneas. Banhada em suas porções oriental e meridional pelo Atlântico Sul e dotada de especificidades, como enclaves fitogeográficos e complexos lagunares – Lagoas de Maricá, Saquarema e Araruama –, a faixa litorânea do território do turismo globalizado abrange sete dos nove municípios que o integram. Conformando os aspectos naturais desse território, sua geomorfologia tem nas planícies litorâneas as saliências originadas pelas dunas que ocupam uma posição de destaque nas orlas de Cabo Frio e Arraial do Cabo, enquanto os estreitos cordões arenosos, que se estendem desse último município até Maricá, imprimem um aspecto retilíneo ao litoral meridional dessa porção territorial. As saliências rochosas formam proeminentes pontões, onde foram construídas fortificações no período colonial, além de serem pontos turísticos e patrimônios culturais que preservam a história de ocupação territorial fluminense e de acontecimentos importantes da história brasileira.

A importância assumida pelas atividades turísticas e de suporte a esse setor, como a rede hoteleira e os diferentes tipos de serviços e atividades comerciais, imprimiu no território uma terciarização econômica. Entretanto, atividades industriais e primárias compõem marcas não menos importantes das estruturas dinâmicas produtivas que antecederam à primazia do turismo. Esta atividade, atualmente, exerce centralidade na dinâmica econômica do território, além de ter projetado municípios como Armação dos Búzios, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Rio das Ostras, Saquarema, São Pedro da Aldeia, Iguaba Grande e Araruama nos cenários nacional e internacional dos fluxos turísticos.

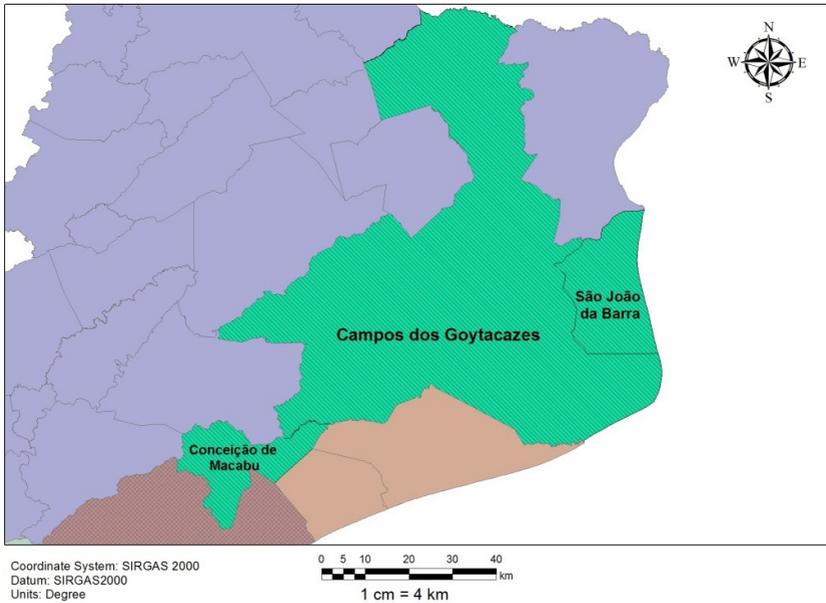
Saquarema, município cujo nome possui origem tupi, teve sua ascensão no território do turismo globalizado graças ao título de capital do surfe. Seu perfil oceanográfico viabiliza condições favoráveis à prática do esporte, reunindo muitos turistas, tanto na realização dos campeonatos nacionais e internacionais, quanto pelas festas religiosas da cidade. Importantes comemorações, como a festa de Nossa Senhora de Nazareth, a celebração da Semana Santa e a Festa do Divino Espírito Santo, caracterizam Saquarema como uma “Hierópolis” no calendário do Sagrado.

Com belas praias, o litoral do município de Cabo Frio detém infraestrutura hoteleira e de apoio às atividades turísticas, contando também com um conjunto de fixos sociais como os monumentos culturais e os diferentes tipos de festividades que puseram a cidade na rota do turismo globalizado. A morfologia costeira de Armação dos Búzios, constituída por praias que favorecem a prática do mergulho, impressiona também os banhistas por suas belas paisagens.

Tradição rural-religiosa sob influência de grandes corporações

Este território cultural é composto por três municípios do estado do Rio de Janeiro:

Municípios que compõem o território “Tradição rural-religiosa sob influência de grandes corporações”	Campos dos Goytacazes São João da Barra Conceição de Macabu
---	---



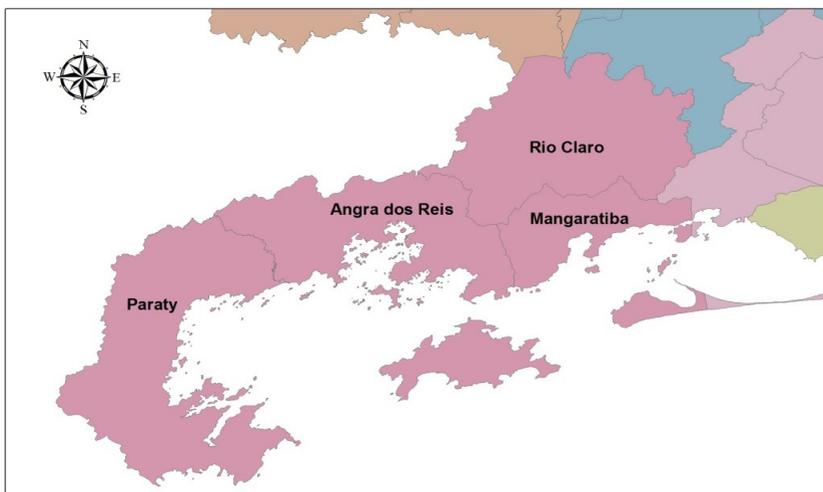
A característica marcante desse território é a presença das grandes corporações que exercem forte influência na dinâmica socioespacial dos municípios. A Bacia Petrolífera de Campos atraiu grandes empresas e novos investimentos que passaram a atuar na área, transformando o quadro econômico e cultural, além de ter suscitado os *royalties* recebidos pelo município de Campos dos Goytacazes para investir em diversos setores. Historicamente, esse território teve forte

tradição rural-religiosa como marco da cultura, onde as atividades agrícolas e celebrações religiosas foram símbolo da identidade territorial. Atualmente, a atuação de grandes empresas nesses municípios vem engendrando algumas importantes modificações. A principal via de chegada a esse território é a BR-101.

As alterações advindas da chegada das grandes empresas podem ser observadas nas práticas culturais dos habitantes desse território. Muitas áreas agrícolas vêm sendo substituídas por condomínios para novos moradores que chegam atraídos pelo crescimento econômico dos municípios. Esses novos residentes, por sua vez, carregam consigo novas práticas culturais que vão se inserindo e transformando, aos poucos, as antigas práticas locais.

Vale lembrar que a tradição rural-religiosa ainda é forte no território em questão, entretanto, novas dinâmicas culturais fazem-se presentes em virtude da influência das grandes corporações e de todos os fluxos e investimentos que elas levam para esse espaço. A construção e o investimento em novos equipamentos e projetos culturais, realizados por grandes corporações e, em alguns casos, com participação do governo, é uma das principais características dessa nova etapa pela qual passa esse território cultural.

Municípios que compõem o território “Tradição cultural homem-natureza”	Angra dos Reis Mangaratiba Paraty Rio Claro
---	--



Coordinate System: SIRGAS 2000
Datum: SIRGAS2000
Units: Degree

0 5 10 20 30 40 km
1 cm = 3 km

O território cultural representado pela relação homem-natureza é composto pelos municípios de Rio Claro, Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty. O melhor acesso para a região, a partir do Rio de Janeiro, é feito pela BR-101, estrada que também possibilitou a disseminação da atividade turística nos municípios em questão.

Para entender esse território cultural, é preciso compreender a relação construída pelo homem por meio da ocupação, apropriação e desenvolvimento de técnicas sobre tal espaço; nesse sentido, o próprio quadro natural, em um primeiro momento, atuou como um elemento favorável à ocupação por parte dos colonizadores portugueses das margens da Baía da Ilha Grande; em um segundo momento, configurou-se como um obstáculo na ocupação da área.

Importante ressaltar de que forma as condições dos sítios da região produziram marcas na paisagem, as quais, contemporaneamente, representam rugosidades com forte apropriação para a atividade turística, configurando-se também como bens culturais materiais e imateriais, de acordo com a metodologia aqui proposta.

Contemporaneamente, novos significados são atribuídos a essas rugosidades, evidenciando o quanto o acúmulo de tempos produziu um espaço rico de bens culturais. Partindo das considerações de Milton Santos, de que as rugosidades não são apenas heranças físico-territoriais, mas também sócio-territoriais – na medida em que o valor, ou seja, o significado a elas atribuído, é dado pelo conjunto da sociedade e se exprime por meio da realidade do espaço em que se encaixou –, podemos perceber a estreita relação do espaço com o tempo na produção dessas marcas.

Em um jogo de escalas, marcado pelas verticalidades, o território qualificado pela relação homem-natureza se beneficiou da nova inserção promovida pelo turismo. Se, de um lado, existe uma valorização de diversos fixos voltados para atender a demanda turística, por outro, eles acabam por produzir dois processos importantes na dinâmica cultural desses municípios, no sentido de fortalecer sua horizontalidade: uma *restauração* de importantes marcos históricos observados nesses espaços e uma *refuncionalização* de outros com novos significados.

O primeiro movimento, de restauração, explica a importância das igrejas como marcas na paisagem e elemento de estruturação do espaço no período colonial. A centralidade exercida pelas igrejas na vida política dos municípios durante esse período deixou como legado diversas igrejas e conventos que, hoje, são considerados como bens culturais religiosos. Ao mesmo tempo em que ocorre uma mudança no substrato material desses espaços por intermédio de processos de restauração, ocorre também uma transformação simbólica – uma refuncionalização. Nesse sentido, diversas festas religiosas deixam

de ser apenas períodos marcados pela devoção e por ritos religiosos, mas se configuram também em festas voltadas para um público diversificado, que não necessariamente mantém as mesmas práticas religiosas.

Enquanto marcas na paisagem, os bens materiais ajudam a entender o cenário político da região em outro momento histórico. O declínio da atividade cafeeira e não só alterou a composição do quadro político, como também produziu novas marcas que atualmente são consideradas bens culturais. Esse período, caracterizado pela derrubada da estrutura cafeeira e pela queda da produção com a perda das conexões comerciais com o exterior, é conhecido, em geral, como período da decadência. Entretanto, a chamada “decadência” garantiu o fortalecimento das condições de reprodução de grupos locais que, anteriormente, viviam à margem da gestão do território regional.

Conforme mencionado anteriormente, as características de sítio influenciaram nesse processo. A Serra do Mar, por exemplo, representou um obstáculo para a expansão, até a região, de diversas atividades que se desenvolviam em território fluminense. Contudo, a combinação de “crise” e obstáculo natural se tornou positiva para o fortalecimento de práticas desenvolvidas por outros grupos sociais, que não aqueles hegemônicos até então. Em outros termos, a decadência foi o momento em que a população nativa e os descendentes de escravos tiveram as melhores condições para reproduzir suas práticas culturais e gerar resistência de comunidades tradicionais, como os caiçaras, indígenas e quilombolas. Mais do que bens culturais imateriais da região homem-natureza, essas comunidades ilustram a falácia de considerar o período de “crise” de algumas atividades produtivas na região (portuária e cafeeira) como um período de decadência.

O relativo isolamento da região, influenciado pelas suas características naturais, criou uma conjuntura favorável para a preservação de diversas áreas naturais, bem como garantiu a manutenção de algumas

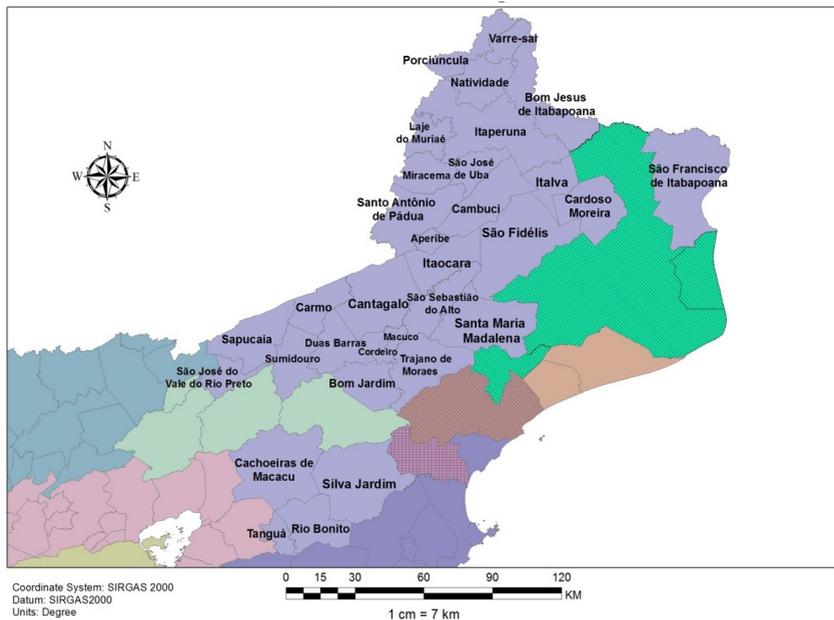
práticas culturais e suas marcas na paisagem. Sendo assim, desenvolveu-se uma dialética na relação homem-natureza, na qual, de um lado, o quadro natural favoreceu a preservação de algumas práticas culturais, e, de outro, a incorporação da natureza como patrimônio natural colaborou para preservação das dezenas de bacias hidrográficas e da exuberante vegetação composta por remanescentes da Mata Atlântica.

Diante do que foi exposto, podemos concluir que entender a atual configuração das práticas culturais da região apresentada e de seus bens materiais e imateriais é descortinar o espaço enquanto acumulação desigual de tempos e repleto de rugosidades. É nesse espaço onde a relação homem-natureza deixou impressa sua marca de forma bastante significativa desde o período colonial até os dias de hoje.

Tradição rural-religiosa

Este território cultural é composto por vinte e seis municípios do estado do Rio de Janeiro:

<p>Municípios que compõem o território “Tradição rural-religiosa”</p>	<p>Aperibé Bom Jardim Bom Jesus de Itabapoana Cachoeiras de Macacu Cambuci Cantagalo Cardoso Moreira Carmo Cordeiro Duas Barras Italva Itaocara Itaperuna Laje de Muriaé Macuco Miracema Natividade Porciúncula Rio Bonito Santa Maria Madalena Santo Antônio de Pádua São Fidélis São Francisco de Itabapoana São José de Ubá São José do Vale do Rio Preto São Sebastião do Alto Sapucaia Silva Jardim Sumidouro Tanguá Trajano de Moraes Varre-sai</p>
---	---



Esse território cultural possui, em sua grande maioria, municípios do Noroeste Fluminense, mas também de outras regiões, como Norte Fluminense, Região dos Lagos e Serrana. As principais vias de acesso são: BR-492, BR-393, BR-356 e BR-484.

Sua característica é a de tradição rural-religiosa. Quanto ao rural, podemos caracterizá-la dessa maneira em virtude da principal atividade econômica exercida pelos municípios classificados no referido território: a cultura de produtos primários.

Há uma grande presença de atividades turísticas ligadas ao turismo rural, devido à busca por uma maior “tranquilidade” para se fugir da rotina, especialmente na questão turística. As paisagens deste território corroboram isso, haja vista que transmitem um ar bucólico. Diversos hotéis-fazenda, pousadas e fazendas destinadas à visitação estão presentes na região. As atividades podem variar de uma simples visita, estadia e até mesmo segunda residência.

Vale ressaltar a questão da agricultura familiar, que é forte nesse território cultural. Em tal setor da economia, as famílias carregam a

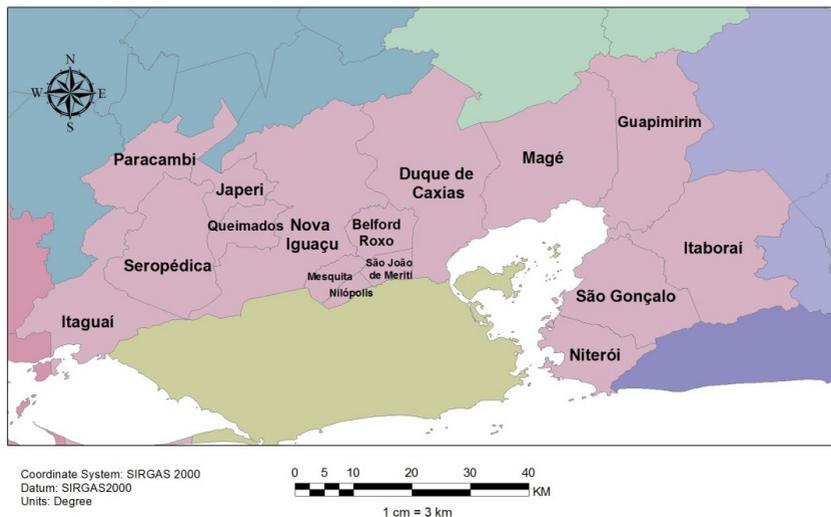
tradição do trabalho e não só mantém a tradição de trabalhar com o cultivo, mas também se unem buscando rendas alternativas, como é o caso da pluriatividade, que envolve outras atividades, como, por exemplo, o turismo.

Complementando as características desse território, temos a tradição religiosa – há uma forte ligação cultural com as religiões, o que ocorre por meio da construção de igrejas, influências religiosas em lendas locais (algumas ligadas a fazendas) e celebrações ligadas a feriados santos. Ainda na questão religiosa, não podemos esquecer a tradição afro-brasileira, que também se mostra influente na região.

Tradição religiosa e afro-brasileira

Esse território cultural é composto por dezesseis municípios do estado do Rio de Janeiro:

<p>Municípios que compõem o território “Tradição religiosa e afro-brasileira”</p>	<p>Belford Roxo Duque de Caxias Guapimirim Itaboraí Itaguaí Japeri Magé Mesquita Nilópolis Niterói Nova Iguaçu Paracambi Queimados São Gonçalo São João de Meriti Seropédica</p>
---	--



A característica principal desse território é a presença marcante da tradição religiosa e cultural afro-brasileira. Denomina-se “cultura afro-brasileira” o conjunto de manifestações culturais brasileiras que sofreram algum grau de influência da cultura africana desde os tempos do Brasil Colônia até a atualidade. A cultura africana, em sua maior parte, chegou ao país, trazida pelo povo escravizado, na época do tráfico transatlântico. A cultura africana sofreu também a influência das culturas europeia (sobretudo da portuguesa) e indígena, de forma que características de origem africana na cultura brasileira, atualmente, encontram-se, em geral, mescladas a outras referências culturais.

Nos municípios do referido território cultural, é possível perceber um forte sincretismo religioso com a ocorrência de diversas manifestações culturais de diferentes cunhos religiosos, mesclando a presença de terreiros de umbanda e de igrejas católicas e, muitas vezes, cultuando as mesmas entidades ou santos, como é o exemplo de São Jorge. Nesse sentido, o sincretismo religioso é responsável pela produção de diversas marcas na paisagem, assim como na construção de símbolos marcantes dessa mistura.

Além das tradições religiosas, existem diversas escolas de samba tradicionais do carnaval fluminense, marcadas pela característica afro-brasileira; porém, não só de escolas de samba vive o carnaval local – são notórios os blocos de rua que, em tempos de carnaval, invadem as avenidas, levando cores e alegria para todos, junto aos grupos de bate-bolas, não se limitando ao espetáculo do grupo especial.

Embora seja área de influência do município do Rio de Janeiro, tendo muitas das práticas culturais afro-brasileiras surgidas nessa área, a densidade e os contornos que tais práticas ganharam no território em tela revelam o quanto o espaço local é importante na leitura de processos gerais que ocorrem na escala nacional, ou mesmo estadual.

Tradição rural, natureza e gastronomia

Esse território cultural tem, em sua composição, quatro municípios do estado do Rio de Janeiro:



As principais características desse território são suas fortes ligações com as tradições rurais, sua natureza e o destacado setor gastronômico. A chamada “serra verde” do estado do Rio de Janeiro possui inúmeras belezas naturais, paisagens deslumbrantes e polos gastronômicos em cidades históricas, além de abrigar muitas atividades relacionadas ao circuito de produção de comidas e bebidas típicas da região.

É um território cujas práticas culturais se baseiam na presença da agricultura familiar e suas práticas correlatas, como festas tradicionais e artesanato. Além disso, temos fascinantes paisagens e riquezas naturais (graças à presença de grandes unidades de conservação, como o Parque Nacional da Serra dos Órgãos), atraindo turistas para atividades ao ar livre, tais como cavalgadas ecológicas, caminhadas monitoradas, visitaçõ de floriculturas, fazendas e sítios que fabricam queijos, doces e licores caseiros. Também podemos elencar a tradição gastronômica, redescoberta na serra, marcando todos os municípios, com restaurantes de comida tradicional e produção artesanal de cervejas.

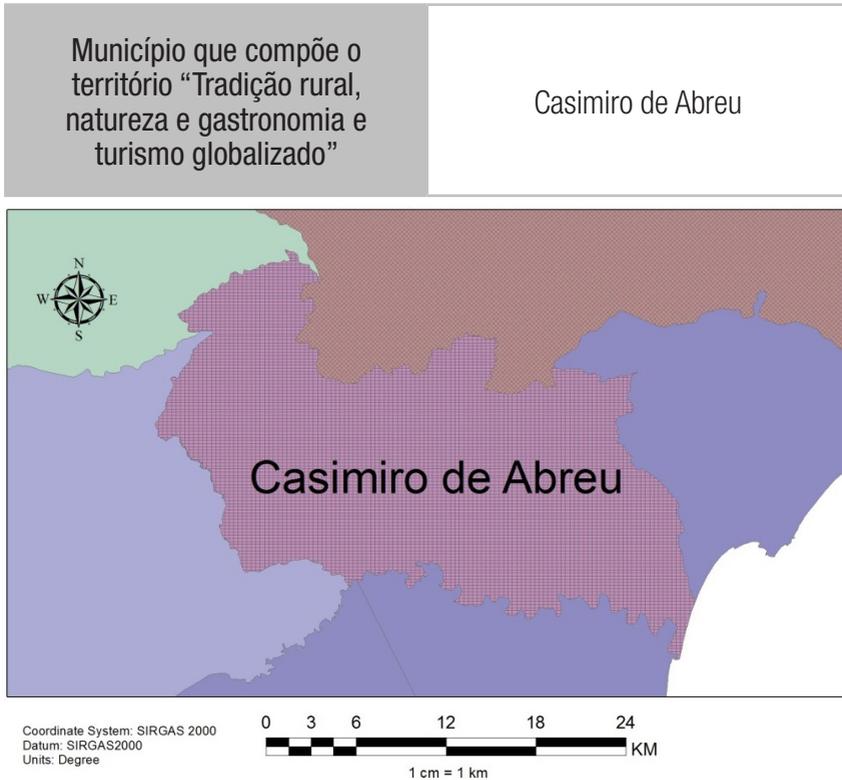
Em relação a todos os municípios que compõem “Tradição rural, natureza e gastronomia”, podemos ressaltar dois pontos marcantes na caracterização desse território cultural:

Em Teresópolis, encontra-se o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, criado em 1939, com o intuito de proteger a paisagem e a biodiversidade de um fragmento da Serra do Mar, da região serrana fluminense. O parque possui mais de 20 mil hectares de mata atlântica e é um dos melhores destinos para visitantes em busca de esportes radicais, piscinas de águas naturais, cachoeiras, contando com uma boa infraestrutura. O município também abriga o Parque Estadual dos Três Picos, maior parque estadual do Rio de Janeiro, e possui um relevo escarpado cercado por matas, fazendo dos seus pontos culminantes (Dedo de Deus, Pedra do Sino, Agulha do Diabo, Pedra da Tartaruga e Mulher de Pedra) famosos atrativos

turísticos. Por conta disso, a cidade é considerada a capital nacional do montanhismo.

E, por fim, o Circuito Terê-Fri, que se dá ao longo da rodovia RJ-130, que liga os municípios de Teresópolis e Nova Friburgo. São 60 km de percurso, onde os turistas podem conhecer remanescentes de mata atlântica, fazer caminhadas, escaladas, entre outras atividades, acompanhados de uma excelente infraestrutura de hotéis e pousadas.

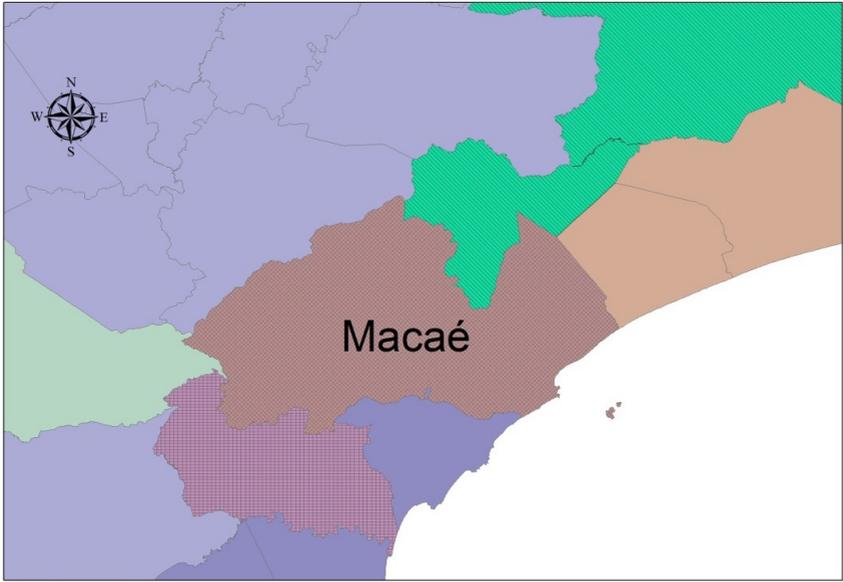
Tradição rural, natureza e gastronomia e turismo globalizado



Tradição rural, natureza e gastronomia e influência de grandes corporações

Município que compõe o território “Tradição rural, natureza e gastronomia e influência de grandes corporações”

Macaé



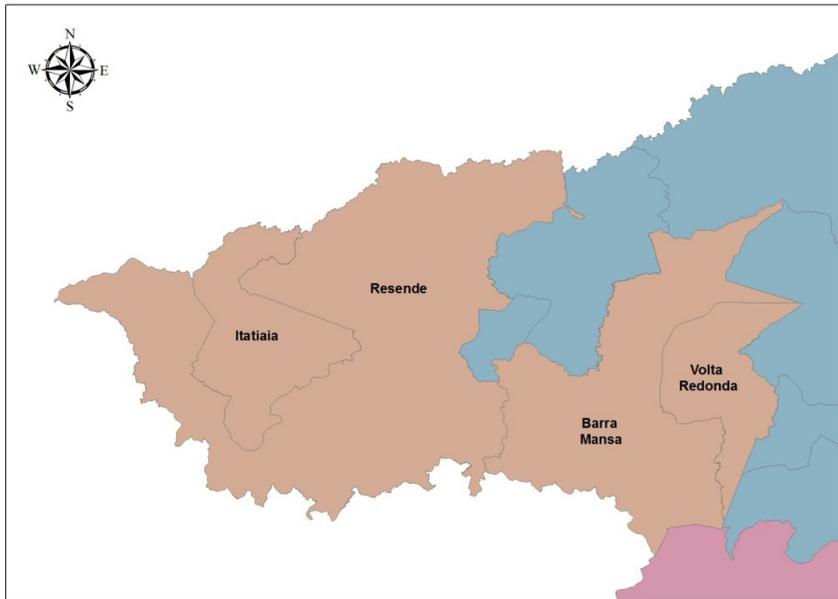
Coordinate System: SIRGAS 2000
Datum: SIRGAS2000
Units: Degree

0 5 10 20 30 40
km
1 cm = 3 km

Trânsito sob influência de grandes corporações

Esse território cultural é composto por quatro municípios do estado do Rio de Janeiro:

<p>Municípios que compõem o território “Trânsito sob influência de grandes corporações”</p>	<p>Barra Mansa Itatiaia Resende Volta Redonda</p>
---	---



Coordinate System: SIRGAS 2000
Datum: SIRGAS2000
Units: Degree

0 4,5 9 18 27 36
1 cm = 2 km

Uma de suas principais características existentes nesse território é a influência de grandes corporações. Isso ocorre devido à participação de grandes empresas, sejam elas estatais ou privadas, sobre os aspectos econômicos e culturais desses municípios. A principal via de chegada a esse território é a BR-116.

As chamadas transnacionais, especialmente as siderúrgicas, metalúrgicas e automobilísticas se instalaram nessa região em virtude

dos incentivos dados pelo Estado, visando a uma maior dinamização econômica do interior fluminense. As indústrias são as grandes responsáveis pela geração de renda nos municípios que se fazem presentes em tal região.

Esse território cultural conta com uma grande presença de equipamentos culturais, como museus e memoriais, que marcam essa influência das grandes corporações, muitas vezes financiando essas construções – algumas, inclusive, são para homenagear a própria corporação ou personalidades que foram, de alguma forma, importantes para o crescimento econômico local. Também se deve ressaltar a participação dessas corporações no patrocínio de muitas atividades culturais, como festivais, exposições, entre outras.

Mesmo com a marcante influência das grandes corporações, não é só por esse meio que ocorrem as atividades culturais. Esse território cultural está presente no Vale do Café e conta com várias fazendas importantes, tanto para a atividade turística como para atividade comercial. Também não se pode esquecer dos seus atrativos paisagísticos e naturais, em virtude do Parque Nacional de Itatiaia, que recebe muitas visitas ao longo do ano.

Referências

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- HAESBAERT, Rogério (org.). *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste*. Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997.
- _____. *O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1980.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, Milton. “O retorno do território”. In SANTOS, Milton et al. (orgs.). *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec/ Ampur, 2002, pp. 15-20.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”. In CASTRO, Iná Elias de et al. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

O Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro Jornalista Roberto Marinho sugere aos gestores públicos e legisladores as seguintes ações, no intuito de contribuir para a influência da cultura no desenvolvimento local:

- fortalecimento das secretarias municipais de cultura nos municípios em que elas existem e criação de secretarias de cultura naqueles que ainda não a possuem;
- investimentos na infraestrutura e manutenção tanto das instalações culturais quanto dos acessos a elas;
- garantia de um orçamento mínimo a ser aplicado na promoção de atividades culturais e potencialização da captação de recursos junto ao Ministério da Cultura e à Secretaria de Estado de Cultura para o desenvolvimento de programas municipais;
- integração entre as potencialidades culturais e os circuitos turísticos, a partir da criação de roteiros com foco nas atividades culturais predominantes nos municípios;
- formação de profissionais especializados em captação de recursos, de forma a ampliar a utilização das leis de incentivo à cultura por meio de recursos públicos privados;
- promoção, por parte da Secretaria de Estado de Cultura, de editais que fomentem a realização de projetos culturais no interior do estado;
- criação de uma agenda de eventos culturais estaduais, bem como sua divulgação, de forma a gerar sinergia entre os municípios;
- sinalização das instalações culturais como forma de gerar visibilidade para a população local e os turistas;
- revisão da legislação referente a atividades culturais;
- marcos regulatórios do setor de cultura.

Entidades que compõem a Câmara Setorial de Turismo, Cultura e Esportes:



ALERJ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO RIO DE JANEIRO

